



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Parecer nº 55/2014-PG

Assunto: Análise do PL 63/2014 que cria e denomina escolas.

Referência: Pedido verbal/ informal da Diretora-Geral.

Interessado(s): Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ementa: Direito Constitucional. Direito Municipal. Criação e denominação de escolas. Projeto de Lei proveniente do Poder Executivo. Constitucionalidade. Legalidade.

I. Relatório

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PL supra referido.
2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise. É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

II. Fundamentação jurídica

3. O Projeto de Lei em tela, oriundo do Poder Executivo, visa criar e denominar as Escolas de Educação Infantil Vila das Flores, Bem-te-vi e Ipê Amarelo.
4. A proposição está em consonância com a Constituição da República, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, LOM – Lei Orgânica Municipal.

III. Conclusão

5. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PL 63/2014 constitucional e legal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 26 de maio de 2014.


Fernando Mizerski

Procurador-Geral Interino